



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo nº: 00600-00009954/2020-61-e (a).
Origem: Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF.
Assunto: Representação.
Ementa: Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, de lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020, com o objetivo de conceder ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de transporte coletivo escolar urbano e de turismo no Distrito Federal, em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nesse setor, com a suspensão prolongada do funcionamento de escolas, universidades e centros de lazer. (Peça 11)
. A Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública-SEASP, ao analisar a admissibilidade da Representação em foco, propõe ao Tribunal conhecer da Representação, vez que presentes os requisitos previstos nos §2º, inciso III e §6º, inciso I, do art. 230 do RI/TCDF. (Peça 14)
. VOTO. Acolhimento da sugestão ofertada pela Unidade Técnica. Conhecimento da Representação nº 15/2020-G4P-MPCDF. Ciência da decisão ao representante do Ministério Público de Contas subscritor da representação. Diligência. Devolução do feito ao Corpo Técnico para os devidos fins.

RELATÓRIO

Cuidam os autos, nesta fase, da admissibilidade da Representação oferecida pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal (Peça 11), subscrita pelo Procurador **Marcos Felipe Pinheiro Lima**, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Programa Mobilidade Cidadã instituído pela Lei nº 6.621/2020, com o objetivo de conceder ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de transporte coletivo escolar urbano e de turismo no Distrito Federal, em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nesse setor, com a suspensão prolongada do funcionamento de escolas, universidades e centros de lazer.

A Unidade Técnica, ao examinar a admissibilidade, entende que o Tribunal pode conhecer da Representação, vez que presentes os requisitos previstos nos §2º, inciso III e §6º, inciso I, do art. 230 do RI/TCDF.

Da Informação da Unidade Técnica, destaco os seguintes trechos, os quais transcrevo:

“3. Nesse sentido, foi criado o aludido Programa Mobilidade Cidadã, com o objetivo de conceder auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo que se encontravam devidamente cadastrados (cadastro público de pessoas físicas e jurídicas autorizadas a explorar serviços de transporte no Distrito Federal) em 31 de janeiro de 2021 .



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

4. O Ministério Público destacou que, de acordo com o normativo que estabelece as regras para o cadastramento e a exploração do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares no Distrito Federal – STCE/DF (Decreto nº 37.332/2016, não é permitida a concessão de autorização para a exploração desse serviço a pessoas físicas que ocupam cargos ou funções públicas² .

5. Além da vedação indicada, afirmou o Parquet que nenhum agente público remunerado deveria ser beneficiário de auxílio relacionado ao enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID – 19, uma vez que esses recursos visam assegurar a subsistência das famílias que deixaram de auferir renda em razão das medidas restritivas impostas para mitigar o avanço do novo Coronavírus.

6. Todavia, pesquisas realizadas pelo MPJTCDF com os dados disponíveis no Portal da Transparência e no sítio eletrônico do DETRAN, indicam vulnerabilidades relacionadas à concessão do auxílio financeiro em pauta, como inconsistências na listagem dos beneficiários e a existência de servidores públicos na condição de beneficiários.

7. Foi apresentado o resultado das pesquisas efetivadas, por meio da relação de beneficiários que não figuram nominalmente como permissionários ou como condutores de veículos no sítio eletrônico do DETRAN/DF (fls. 4/8 do e-DOC 84173CC3, peça 11) e da relação dos servidores públicos, empregados públicos, aposentados e beneficiários de pensão que auferiram parcelas atinentes ao auxílio financeiro (fls. 8/11 do e-DOC 84173CC3, peça 11).

8. Diante dos indícios de irregularidades apresentados, que vão de encontro aos princípios da legalidade, moralidade, interesse público e eficiência, o Ministério Público requer que a Corte autorize a instauração de procedimento de fiscalização para a devida apuração dos fatos narrados e dê conhecimento da presente Representação à SEDES/DF, para apresentação de esclarecimentos.

Diante do exposto, conforme disposto no §5º do art. 230 do RI/TCDF, verificado o atendimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos § 2º do art. 230 do RI/TCDF, bem como a presença de verossimilhança das informações trazidas com os fatos representados, conforme exigido no §6º, I, do art. 230 do referido Regimento, sugere-se ao Egrégio Plenário:

I. conhecer:

a) da Representação nº 15/2020-GPML, formulada pelo Ministério Público junto a esta Corte (e-DOC 84173CC3, peça 11);

b) da Informação nº 94/2020-DIASP2 (peça 14)

II. determinar com base no art. 230, § 7º do RI-TCDF, que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor da Representação em tela;

III. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia da Representação, do Relatório-Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF);

b) a devolução dos presentes autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para análise de mérito da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Representação”.

É o relatório.

VOTO

Verifico que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade da Representação previstos no art. 230 do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela Resolução nº 296/2016, bem como que os fatos narrados na representação ofertada pelo Ministério Público de Contas devem ser objeto de apuração.

Dessa forma, acolhendo o que sugere a Instrução, com os acréscimos que tenho por pertinentes promover, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento:
 - a) da Representação nº 15/2020-GPML, formulada pelo Ministério Público de Contas (Peça 11); e
 - b) da Informação nº 94/2020-DIASP2 (Peça 14);
- II - determine, com base no art. 230, § 7º do RITCDF, que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor da Representação em tela;
- III - dê ciência desta decisão ao ilustre representante do Ministério Público de Contas, signatário da representação, Procurador **Marcos Felipe Pinheiro Lima**;
- IV - autorize:
 - a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 15/2020-GPML e da decisão a ser proferida à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) para subsidiar o atendimento do previsto no item II retro;
 - b) desde já, caso necessário, inspeção a ser realizada na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) e onde mais preciso, nos termos do art. 233, II, do RITCDF;
 - c) a devolução dos autos à SEASP para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2021

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator